



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000136-88.2017.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Documento de Origem: **OF, CF, IP-Flagr. - 1065/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2180/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 216/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ANA MARIA AUGUSTA DA SILVA e outro**

Justiça Gratuita

Aos 04 de dezembro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) Substituta, Dra. **LETÍCIA LEMOS ROSSI**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como da ré **ANA MARIA AUGUSTA DA SILVA**, acompanhada dos defensores, Dra. Tatiana Roberta Jesus Vieira e Dr. Adriano Rosado Landgraf. Iniciados os trabalhos, verificou-se a ausência da testemunha de acusação Thiago César Paschoalino. O Dr. Promotor desistiu da oitiva do mesmo. A MMa. Juíza homologou a desistência e passou a interrogar a ré, o que foi feito através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas a qualificações da mesma em separado e anexada na sequência. Estando encerrada a instrução a MMa. Juíza determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ré foi denunciada como incurso no artigo 14, "caput", da lei 10.826/03, uma vez que na ocasião portava em sua bolsa um revólver calibre 22, sem licença da autoridade competente, A ação penal é procedente. Ao ser ouvido o policial confirmou que na bolsa da ré, que ela trazia, a arma foi apreendida. Em juízo a acusada confessou o fato admitindo que realmente portava a arma, trazendo-a em sua bolsa., O laudo juntado aos autos comprova a eficácia lesiva da arma, estando, pois, demonstrada a materialidade do crime, Isto posto, requeiro a condenação da ré nos termos da denúncia. Como é primária poderá receber pena no mínimo legal, devendo esta pena corporal ser substituída por pena



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

restritiva de direito. **Dada a palavra À DEFESA:** MMa. Juíza: **ANA MARIA AUGUSTA DA SILVA** responde ao presente procedimento penal pela prática da conduta tipificada no artigo 14 da Lei nº 10.826/03. A ré assumiu espontaneamente estar na posse do revólver calibre 22, marca Taurus, municiada com 06 (seis) cartuchos intactos. A testemunha Gilberto Clovis de Souza, esclareceu que abordou a ré e encontrou uma arma na bolsa dela. Que a ré disse que comprou o referido revolver para deixar em seu estabelecimento comercial. Que foi a própria testemunha quem tirou a bolsa da ré. Que não se lembra quantas munições tinha. Que parou a ré porque esta estava na garupa, sem capacete. Em depoimento perante esse digníssimo Juízo, a ré afirma que encontrava-se alcoolizada na hora da abordagem policial, bem como nas horas seguintes. Declara que o respectivo revólver é “herança” do seu falecido genitor e que o portava para garantir sua própria segurança, uma vez que seu ex-companheiro teria tentado ceifar sua vida há algum tempo na cidade de Vinhedo/SP, e que este ainda realiza ameaças por telefone e por terceiros. Ressalta-se que a Ré confessou o crime de forma espontânea, o que por si só gera diminuição de pena, conforme previsto na alínea “d”, do artigo 65, do CP, bem como sua primariedade e bons antecedentes. Também cumpre informar que a Ré não é conhecida nos meios policiais. Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência a conceder a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, uma vez que a acusada enquadra-se perfeitamente nas hipóteses do artigo 44 do CP. Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requeremos a que seja concedida a atenuante da confissão espontânea, primariedade, bons antecedentes, e que a pena seja fixada no mínimo legal. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ANA MARIA AUGUSTA DA SILVA**, RG 36.154.454, qualificada nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 14, "caput", da lei 10.826/03, porque no dia 21 de julho de 2017, por volta das 21h02min, na Estrada da Ferradura, nº 19, Vila Bela Vista, nesta cidade e comarca, portava consigo, em sua bolsa, um revólver calibre 22, de uso permitido, da marca TAURUS, numeração 26822, municiado com seis cartuchos íntegros, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Consoante apurado, após abordarem a motocicleta Honda CG, placas EHV-6942, ocupada pelo corréu Wilson D. Amigo e a ré Ana Maria, policiais militares encontraram, no interior da bolsa portada pela denunciada, um revólver calibre 22, da marca TAURUS, municiado com seis cartuchos íntegros. A ré foi presa em flagrante e foi arbitrada fiança pela autoridade policial, a qual não foi paga. Posteriormente foi concedida a liberdade provisória sem fiança e imposição de medidas cautelares (página 70). Recebida a denúncia (página 108), a ré foi citada (página 124) e respondeu a acusação através de seus defensores (pag. 138/140). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento. Durante a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

instrução foram inquiridas duas testemunhas de acusação e a ré foi interrogada (fls. 170/171 e nesta audiência). Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima com a substituição da pena restritiva de liberdade por restritiva de direito. **É o relatório. DECIDO.** Atribui-se à acusada a prática do delito previsto no artigo 14, “caput”, da Lei nº 10.826/03, assim porque portava consigo, em sua bolsa, o revólver calibre 22, de uso permitido, da marca TAURUS, numeração 26822, municiado com 6 (seis) cartuchos íntegros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Induvidosa a materialidade do delito à vista da apreensão da arma de fogo, no interior da bolsa da acusada, conforme auto de exibição e apreensão de fls. 13, e laudo pericial de fls. 146/149. E a autoria irrogada à acusada foi suficientemente evidenciada. Ouvida em juízo, a acusada confessou o delito. Mencionou que a arma pertencia ao seu pai e que estaria com ela, pois temia as ameaças e agressões de seu ex-marido. Por sua vez, o policial militar Gilberto declarou em juízo que decidiu abordar a motocicleta na qual a acusada estava na garupa porque ela não usava o capacete. Por sua vez, o condutor, após avistar a viatura, tentou se evadir entrando em uma estrada de terra, seguido pelos milicianos. Quando a moto parou a acusada não permitiu a revista a sua bolsa, sendo necessário o uso da força para tanto. Confirmou ainda que foi ele quem realizou a busca na bolsa da acusada vindo a encontrar a arma municiada. Para o PM Gilberto a ré mencionou que havia comprado a arma e que pretendia usá-la no seu comércio. Deste modo, a confissão externada pela ré foi amparada pela prova judicial produzida, sendo certo que mantinha a arma de fogo em sua bolsa, configurando-se, portanto, o delito previsto no artigo 14, “caput”, da Lei nº 10.826/03. **Isto considerado, passo à dosagem da pena.** Considerando o disposto no artigo 59 do Código Penal, devida a fixação da pena-base no mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa. Deixo de considerar a circunstância atenuante da confissão espontânea, porque a pena foi considerada já em seu mínimo legal (Súmula 231 do STJ). Não há agravante e atenuantes, nem causas de aumento ou de diminuição de pena a serem consideradas, razão pela qual torno definitiva a pena de 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa. Ante o exposto e o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão acusatória e, com fundamento no artigo 14, “caput”, da Lei nº 10.826/03, **CONDENO** a acusada **ANA MARIA AUGUSTA DA SILVA** à pena de **2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo**. Presentes os requisitos autorizadores, **substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em prestação pecuniária no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), e multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo** (art. 44, §2º, do CP). Em caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, esta deverá

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ser cumprida em **regime aberto**. Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva do acusado no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.). Deixo de responsabilizá-la pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiária da justiça gratuita. Decreto desde já a perda da arma com o envio da mesma ao Exército. Publicada nesta audiência, saem intimados os interessados presentes. NADA MAIS. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(assinatura digital):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):